

Matrinchã
Transmissora de
Energia (TP Norte)
S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Diretores da
Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes

Veja as Notas 6.2 e 9 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>O reconhecimento do ativo da concessão e da receita da Sociedade de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (<i>IFRS 15 - Revenue from contract with customer</i>) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Sociedade em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.</p> <p>Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">(i) a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;(ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e(iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e as respectivas divulgações são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	85.293	116.634
Contas a receber	8	18.561	23.114
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		23.681	6.230
Ativo de contrato	9	153.588	166.773
Outros ativos		<u>20.880</u>	<u>13.806</u>
Total do ativo circulante		<u>302.003</u>	<u>326.557</u>
Não circulante			
Caixa Restrito	10	35.116	29.815
Ativo de contrato	9	2.417.311	2.315.718
Imobilizado		5.514	18
Intangível		<u>142</u>	<u>15</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.458.083</u>	<u>2.345.566</u>
Total do ativo		<u>2.760.086</u>	<u>2.672.123</u>
Passivo e Patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	11	12.319	10.344
Empréstimos e financiamentos	12	54.967	53.988
Debêntures	13	27.698	16.204
Salários e encargos		602	895
Impostos e contribuições sociais		1.782	3.606
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	4.651
Dividendos a pagar	16.d	62.554	43.818
Outros passivos		<u>4.175</u>	<u>4.121</u>
Total do passivo circulante		<u>164.097</u>	<u>137.627</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	425.480	479.990
Debêntures	13	199.299	203.326
Passivo contingente	15	1.097	3.161
Outros passivos		1.682	1.420
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>198.149</u>	<u>149.318</u>
Total do passivo não circulante		<u>825.707</u>	<u>837.215</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	16.a	1.508.073	1.508.073
Reserva legal	16.b	20.683	16.739
Reserva de incentivos fiscais	16.c	12.849	-
Reserva de lucros retidos	16.e	<u>228.677</u>	<u>172.469</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.770.282</u>	<u>1.697.281</u>
Total do passivo e do Patrimônio líquido		<u>2.760.086</u>	<u>2.672.123</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
Receita operacional líquida	17	258.897	235.106
Custo de construção		(38.424)	(470)
Gastos operacionais		(8.503)	(7.239)
Despesas de operação e manutenção - O&M		<u>(13.089)</u>	<u>(27.956)</u>
Lucro bruto		<u>198.881</u>	<u>199.441</u>
Despesas operacionais			
Pessoal		(4.398)	(5.415)
Serviços de terceiros		(6.085)	(6.231)
Outros		<u>28</u>	<u>(460)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		<u>188.426</u>	<u>187.335</u>
Receitas financeiras	18	8.795	9.567
Despesas financeiras	18	<u>(68.592)</u>	<u>(71.477)</u>
Resultado financeiro (líquido)		<u>(59.797)</u>	<u>(61.910)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		128.629	125.425
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	14	<u>(49.741)</u>	<u>(46.965)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>78.888</u>	<u>78.460</u>
Resultado por ação (R\$)		0,05	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
Lucro líquido do exercício	78.888	78.460
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangente do exercício	<u>78.888</u>	<u>78.460</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinhã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
		Legal	Reserva de incentivos fiscais	Lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.508.073	12.816	-	40.495	144.369	-	1.705.753
Ajuste da adoção inicial do CPC 47	-	-	-	-	-	(68.298)	(68.298)
Lucro líquido do período reapresentado	-	-	-	-	-	78.460	78.460
Reclassificação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	144.369	(144.369)	-	-
Compensação de reservas	-	-	-	(68.298)	-	68.298	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	3.923	-	-	-	(3.923)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(18.634)	(18.634)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	55.903	-	(55.903)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.508.073	16.739	-	172.469	-	-	1.697.281
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	78.888	78.888
Constituição de reserva legal	-	3.944	-	-	-	(3.944)	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	12.849	-	-	-	12.849
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(18.736)	(18.736)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	56.208	-	(56.208)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.508.073	20.683	12.849	228.677	-	-	1.770.282

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos imposto de renda e da contribuição social		128.629	125.425
Ajuste para:			
Remuneração do ativo de contrato		(171.531)	(171.133)
Depreciação		(70)	12
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos		66.252	70.611
Provisão Contingência		(1.802)	4.581
(Aumento)/redução nos ativos e Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a receber		4.553	(7.005)
Impostos a recuperar		(17.451)	(696)
Outros ativos		(7.075)	(7.521)
Ativo de contrato		83.123	108.494
Fornecedores		1.975	164
Salários e encargos		(293)	550
Impostos e contribuições sociais		18.302	(143)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	(4.651)	4.651
Outros passivos		132	1.751
Caixa proveniente das atividades operacionais		100.093	129.741
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	14	(8.264)	(18.214)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		91.829	111.527
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Caixa Restrito		(5.301)	17.308
Aquisição de Imobilizado		(5.426)	(470)
Intangível		(127)	-
Caixa líquido proveiente das atividades de investimentos		(10.854)	16.838
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures		(57.108)	(53.157)
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures		(55.208)	(40.995)
Captação de empréstimos		-	16.165
Dividendos pagos		-	(50.000)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(112.316)	(127.987)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa		(31.341)	378
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		116.634	116.256
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		85.293	116.634
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa		(31.341)	378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Matrinchã Transmissora de Energia (TP Norte) S.A. (“Companhia”), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14 de março de 2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

a. Da concessão

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012. O Lote A é composto por três linhas de transmissão, com total de 1.005 KM de extensão, e por três subestações. Todas as instalações são no Estado do Mato Grosso.

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042, para a construção das linhas de transmissão Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho e construção das Subestações Paranaíta, Cláudia e Paranatinga.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.

A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 126.420 mil, teve acréscimos oriundos de escopos adicionais aprovados mediante as resoluções autorizativas da ANEEL (REA) nº 5050/2015 e 5456/2015, além de ser reajustada de tempos em tempos tendo sua evolução demonstrada a seguir:

- 2016/2017- R\$ 189.448 mil;
- 2017/2018- R\$ 174.208 mil; (primeira revisão tarifária)
- 2018/2019- R\$ 182.528 mil;
- 2019/2020 – R\$ 191.031 mil.

O Contrato de Concessão dispõe que o início da operação comercial deveria ocorrer em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10/01/2015. Entretanto, devido a fatos alheios à vontade da Companhia, extraordinários e imprevisíveis, caracterizados na forma da Cláusula Quinta, Subcláusulas Terceira a Sexta, do Contrato de Concessão e legislação aplicável, alguns marcos intermediários do cronograma não foram alcançados na data prevista no Contrato de Concessão.

Em outubro de 2015 as obras do ramal que liga os trechos desde a subestação de Claudia até a subestação de Sinop, foram concluídas permitindo o escoamento de parte da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires através dos trechos desde a subestação de Paranaíta até a subestação de Claudia e até a subestação de Sinop, conforme REA 5050 de 27 de janeiro de 2015 da ANEEL.

Em 23 de janeiro de 2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 08 de dezembro de 2017, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565, estabeleceu a RAP total "Leilão + Autorizações" em R\$ 191.031 para o período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 (R\$ 182.528 para o período de 1 de julho de 2018 a 30 de junho de 2019).

b. Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI)

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

c. Licenciamento Ambiental

A Companhia teve sua Licença de Operação (LO), expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA/MT), do Governo do Estado de Mato Grosso, em 29 de julho de 2016, sob número 313167/2016, emitida sem ressalvas, válida até 28 de julho de 2019. O pedido de renovação da LO foi protocolado dentro do prazo exigido pela legislação e a companhia ainda aguarda parecer do órgão ambiental, restando a licença prorrogada nos termos do parágrafo 4 do artigo 14 da Lei Complementar 140 de 8 de dezembro de 2011. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto.

2 Base de preparação

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC - 06 (R2) –Arrendamentos e o ICPC 22 (IFRIC 23) – Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o Lucro - foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota Explicativa 4.g.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Ativo de contrato e remuneração do Ativo de contrato

A Companhia mensura o Ativo de contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a taxa de remuneração do Ativo de contrato (“TRAF”) é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se de componentes internos e externos de mercado..

O saldo do Ativo de contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF . São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da TRAF que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos e se necessário, busca dados de referência de suas acionistas, para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

b. Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

c. Determinação da taxa efetiva de juros do Ativo de contrato

A taxa efetiva de juros corresponde à taxa interna de retorno (TIR), ou seja, a taxa de desconto que zera o fluxo de pagamentos ou receitas de caixa futuros durante a vida esperada do instrumento. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos ou receitas, a quantia escriturada como Ativo de contrato é ajustada para refletir os fluxos de caixa reais e revisados, sendo o efeito presente do ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado no momento da mudança.

d. Margem, receita e custo de construção

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras margem de lucro sobre os valores registrados a título de receita de construção da infraestrutura de transmissão com base em avaliação do contrato no início da concessão. A construção é efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica.

e. Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 19 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

f. Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 14.

g. Normas contábeis efetivas a partir de 01 de janeiro de 2019

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil

A Companhia analisou todos os contratos que poderiam ser classificados na abrangência do CPC 06 (R2), e, considerando que os contratos são de valores baixos, não há impactos materiais nas operações e resultados da Companhia.

As seguintes normas alteradas e interpretações não terão impacto significativo nas Demonstrações financeiras da Companhia:

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de CPC.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

6.2 Ativo de contrato

De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo de contrato.

6.3 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

6.4 Outros ativos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança.

6.5 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

6.6 Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no Patrimônio Líquido.

6.7 Receita e custo de construção

Devido à atividade da Companhia sua contabilidade é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita de construção é mensurada com base nos seus valores justos e reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

6.8 Receita de remuneração do ativo de contrato

Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento.

6.9 Receita de operação e manutenção

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

6.10 Receita de juros sobre aplicações financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

6.11 Despesas de juros de empréstimos e debêntures

As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo n°103, a RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, reconheceu o direito à redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis (calculados com base no lucro da exploração) a favor da Matrinchã nos termos do Laudo Constitutivo n° 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Desde então o IRPF apurado, com base no lucro da exploração, é reduzido em 75% com destinação dessa parcela à reserva de capital.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

6.12.1 *Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes*

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.12.2 *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos*

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos.

6.13 Encargos regulatórios

A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) a alíquota de 9,25%;

- Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento “pro rata tempore”, observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035;
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL;
- As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa ANEEL nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

6.14 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros.

a. Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento

A Companhia reconhece os ativos financeiros, referentes aos contratos de concessão, e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desconhece um Ativo de contrato quando e se os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando e se a Companhia vier a transferir os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um Ativo de contrato em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do Ativo de contrato são transferidos.

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício.

c. Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos conta movimento	10.964	12.687
Aplicação financeira - CDB Banco Santander	3.937	60.662
Aplicação financeira - Banco Itaú conta vinculada	21	19
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	7.217	37.352
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	33.429	5.914
Aplicação financeira - Banco Itaú Pagamento de debentures	2.216	-
Aplicação financeira - CDB Banco Paraná	27.509	-
Total	85.293	116.634

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 98% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Contas a receber de clientes

	31/12/2019	31/12/2018
Vencidos acima de 100 dias	501	2.608
Vencidos de 51 a 100 dias	48	1.200
Vencidos até 50 dias	96	711
A vencer	17.916	18.595
	18.561	23.114

Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

9 Ativo de contrato

A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia:

	31/12/2018	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2019	
Ativo de contrato	<u>2.482.491</u>	<u>63.622</u>	<u>171.531</u>	<u>(146.745)</u>	<u>2.570.899</u>	
Circulante	166.773	-	-	-	153.588	
Não circulante	2.315.718	-	-	-	2.417.311	
	31/12/2017	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	Ajustes CPC47	31/12/2018
Ativo de contrato	<u>2.522.825</u>	<u>470</u>	<u>173.478</u>	<u>(118.852)</u>	<u>(95.430)</u>	<u>2.482.491</u>
Circulante	153.155	-	-	-	-	166.773
Não circulante	2.369.670	-	-	-	-	2.315.718

10 Caixa Restrito

O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBÊNTURES, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. O mecanismo de preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas no contrato de financiamento, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e agente fiduciário. A totalidade do saldo está aplicada em fundo de investimento lastreado em títulos públicos federais conforme previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do Caixa Restrito está composto conforme segue:

	31/12/2018	Movimentação	31/12/2019
Reserva BNDES	23.878	(2.083)	21.795
Reserva de Debêntures	<u>5.937</u>	<u>7.384</u>	<u>13.321</u>
	<u>29.815</u>	<u>5.301</u>	<u>35.116</u>

11 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Itumbiara transmissora de energia S.A.	3.019	586
China Epri Science & Tecnology CO.	2.255	2.255
Sistema Pri Engenharia Ltda.	50	50
PROCESS - Protection and Control for Energy	55	55
Nari Group Coporation	-	593
Phelps Dodge International Brasil Ltda.	2.341	2.341
Nexans Brasil S.A.	649	649
Leme Engenharia	114	114
Brametal S.A.	2.423	2.423
Grid Solution	431	-
Outros	982	1.278
	<u>12.319</u>	<u>10.344</u>

Os valores referem-se a fornecimento de serviços e equipamentos.

12 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2019
BNDES Subcrédito A	500.106	38.100	(36.683)	(47.986)	-	453.537
BNDES Subcrédito B	34.525	1.083	(1.088)	(7.014)	-	27.506
Custo de transação	(653)	-	-	-	57	(596)
	<u>533.978</u>	<u>39.183</u>	<u>(37.771)</u>	<u>(55.000)</u>	<u>57</u>	<u>480.447</u>

	31/12/2017	Captação	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Custo de transação a amortizar	31/12/2018
BNDES Subcrédito A	526.953	16165	42.784	(39.651)	(46.145)	-	500.106
BNDES Subcrédito B	41.555	-	1.327	(1.344)	(7.013)	-	34.525
Custo de transação	(711)	-	-	-	-	58	(653)
	<u>567.797</u>	<u>16.165</u>	<u>44.111</u>	<u>(40.995)</u>	<u>(53.158)</u>	<u>58</u>	<u>533.978</u>

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	54.967	53.988
Passivo não circulante	425.480	479.990
	<u>480.447</u>	<u>533.978</u>

Em 27 de dezembro de 2013, foi assinado o contrato de financiamento com o BNDES, no valor total de R\$ 691.440. Os recursos destinados a este investimento foram postos à disposição da SPE, sob a forma de três subcréditos:

- **Subcrédito ‘A’** - R\$ 614.165, com juros de 1,97% a.a. limitado a 6% da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) divulgada pelo Banco Central do Brasil, a título de remuneração. O objetivo deste subcrédito é financiar as obras civis e demais itens financiáveis necessários à implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 168 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de maio de 2029. Deste subcrédito, já foi desembolsado o total de R\$ 614.615.
- **Subcrédito ‘B’** - R\$ 73.835, com juros à taxa fixa de 3,5% a.a., a título de remuneração. Este subcrédito é destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários para a implantação do projeto. O principal desta dívida é pago ao BNDES em 102 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2015 e a última em 15 de novembro de 2023. Deste subcrédito já foi desembolsado o total de R\$ 58.133.
- **Subcrédito ‘C’** - R\$ 3.440, com TJLP, limitada à 6% a.a.. Este subcrédito é destinado a investimentos sociais não contemplados no licenciamento ambiental e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental. O principal desta dívida será pago ao BNDES em 161 prestações mensais e sucessivas a partir do seu desembolso. Esta linha de crédito ainda não começou a ser utilizada.

Como garantia do financiamento, a Companhia assinou o contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, cedendo os direitos relacionados ao Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de vencimento dos empréstimos está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2024	Total
BNDES Subcrédito A	47.965	47.965	47.965	47.965	261.152	453.012
BNDES Subcrédito B	7.005	7.005	7.005	6.420		27.435
	<u>54.970</u>	<u>54.970</u>	<u>54.970</u>	<u>54.970</u>	<u>261.433</u>	<u>480.447</u>

Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,2 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava em conformidade com as suas cláusulas restritivas. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício.

Principais cláusulas restritivas do BNDES

Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato;

Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e

Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

13 Debêntures

Além do contrato de financiamento com BNDES, em 15/06/2016 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição pública com esforços restritos, conforme ICVM 476. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A seguir são apresentados os detalhes da emissão:

	31/12/2018	Custo de Transação	Juros Apropriados	Amortização de Juros	Amortização de Principal	31/12/2019
Debêntures	229.018	-	26.105	(17.437)	(2.108)	235.578
(-) Custo de Transação	(9.488)	907	-	-	-	(8.581)
	219.530	907	26.105	(17.437)	(2.108)	226.997
			31/12/2017	Custo de Transação	Juros Apropriados	31/12/2018
Debêntures			204.959	-	24.059	229.018
(-) Custo de Transação			(11.871)	2.383	-	(9.488)
			193.088	2.383	24.059	219.530
					31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante					27.698	16.204
Passivo não circulante					199.299	203.326
					226.997	219.530

Em 31 de dezembro de 2019, o cronograma de vencimento das debêntures está detalhado a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Total
Debêntures	25.222	25.222	25.222	25.222	25.222	100.887	226.997
	25.222	25.222	25.222	25.222	25.222	100.887	226.997

As debêntures possuem as seguintes características:

- Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431/11)
- Código do ativo registrado na CETIP: TPNO12
- Rating atual da emissão (revisão setembro de 2019): AA+ (Fitch Ratings)
- Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão
- Data de distribuição: 15/05/2016
- Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019
- Data de vencimento: 15/06/2029
- Quantidades de debêntures emitidas: 180.000
- Tipo de Remuneração: IPCA
- Taxa de Juros/Spread: 7,58% a.a.
- Garantias compartilhadas com o BNDES

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida de no mínimo 1,2 e Índice de Capital próprio igual ou superior a 30% durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2019, todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia.

14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Prejuízo Fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixas futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados.

O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos passivos

Base de cálculo

Rendimento do ativo de contrato acumulado em 31/12/2019		916.365
Imposto de renda	25%	228.971
Contribuição social	9%	82.473
Amortização		(79.288)
Saldo em 31/12/2019		232.156
Saldo em 31/12/2018		204.641

Imposto de Renda e Contribuição social diferidos ativos

Imposto de renda acumulado em 31/12/2018	41.451
Efeito de ajuste base fiscal x base societária (IFRS 15)	(12.402)
Compensação	<u>(4.044)</u>

25.005

Contribuição social acumulada em 31/12/2018	13.871
Efeito de ajuste base fiscal x base societária (IFRS 15)	(3.194)
Compensação	<u>(1.675)</u>

9.002

Saldo em 31/12/2019 **34.007**

Saldo em 31/12/2018 **55.323**

Imposto diferido líquido

31/12/2019 **198.149**

31/12/2018 **149.318**

Efeito no resultado	31/12/2019	31/12/2018
----------------------------	-------------------	-------------------

Imposto de renda e csll diferidos		
Rendimentos sobre ativos de concessão	156.465	120.575
Imposto de renda diferido 25%	32.704	42.869
Contribuição social diferida 9%	14.082	15.442
Amortização	<u>(2.767)</u>	<u>(35.032)</u>

Total Diferido **44.019** **23.279**

Alíquota efetiva		
Imposto de renda	21%	36%
Contribuição social	9%	13%

Imposto de renda e csll correntes

Lucro líquido antes dos impostos	128.628	125.425
Adições permanentes ao resultado	418.072	126.198
Exclusões temporárias ao resultado	(499.667)	(181.890)

Lucro real **47.033** **69.733**

Imposto de renda corrente 25%	10.330	17.410
Contribuição social corrente 9%	<u>3.727</u>	<u>6.276</u>

Ajustes de exercício anterior	4.514	-
Compensação de benefício fiscal	(12.849)	-

Total imposto de renda e contribuição social correntes **5.722** **23.686**

Alíquota efetiva		
Imposto de renda	8%	19%
Contribuição social	3%	5%

Total de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido **49.741** **46.965**

Abaixo está apresentada a movimentação financeira das contas de impostos, considerando os valores pagos via compensação. Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos também consideram as amortizações do prejuízo fiscal e da base negativa, conforme demonstrado:

	Movimentação financeira	
	2019	2018
Apuração		
IR	10.324	16.439
CSLL	3.725	6.426
Pagamento		
IR	(5.161)	(8.901)
CSLL	(3.103)	(3.209)
Compensação		
IR	(5.163)	(4.222)
CSLL	(622)	(1.882)
Saldo a pagar		
IR	-	3.316
CSLL	-	1.335
Variação		
IR	(3.316)	3.316
CSLL	(1.335)	1.335
	(4.651)	4.651

15 Provisão para contingências e passivo contingente

A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis.

As provisões realizadas são relacionadas a: (i) Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pleiteando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas	794	625
Outros	303	2.536
	1.097	3.161

As contingências com prognóstico possível estão classificadas conforme abaixo:

Trabalhistas	567
Fiscais (a)	8.364
Cíveis	<u>17.158</u>
	<u><u>26.089</u></u>

- (a) Os processos fiscais considerados como possíveis estão em fase inicial, em sua maioria são processos administrativos iniciados pelo Estado do Mato Grosso, no caso do ICMS- Difal e obrigações acessórias, ou pelos Municípios da região, no caso do ISS.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia é de R\$1.508.073, dividido em 1.508.073.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e COPEL Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	31/12/2019 e 31/12/2018
State Grid Brazil Holding S.A.	769.117
Copel Geração e Transmissão S.A.	<u>738.956</u>
	<u><u>1.508.073</u></u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia reconheceu Reserva de Capital para a contabilização de incentivos fiscais pelo direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não-reatribuíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao empreendimento situado na área de atuação da SUDAM, de titularidade da Companhia.

O benefício, aprovado em setembro de 2019, por meio do Ato Declaratório Executivo nº103 da RFB, por intermédio de sua delegacia no Rio de Janeiro, nos termos do Laudo Constitutivo nº 270/2018 de 31 de dezembro de 2018 da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), tem prazo de vigência de 10 anos, sendo seu período de fruição ocorreu a partir de 2018 com término em 2027.

d. Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

e. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, conforme Ata de AGO de 26 de abril de 2019.

17 Receita operacional líquida

	31/12/2019	31/12/2018
Receita de Construção (a)	63.622	10.782
Remuneração dos ativos de contrato	171.531	171.133
Receita de Operação e Manutenção (b)	53.638	79.358
Receita operacional bruta	288.791	261.273
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.701)	(1.718)
Reserva global de reversão - RGR	(8.391)	(4.654)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(693)	(879)
Pis	(3.409)	(3.374)
Cofins	(15.700)	(15.542)
Total receita operacional líquida	258.897	235.106

- (a) No exercício de 2019 houve um aumento significativo na receita de construção em virtude da construção do ramal Sinop 2, que possui previsão de entrada em operação em outubro de 2021.
- (b) No exercício de 2019 a empresa passou a administrar as despesas de pessoal referentes aos trabalhos de Operação e manutenção com redução dos custos.

18 Receitas (despesas) financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	7.913	9.627
Variações monetárias ativas	1.021	257
Juros sobre recebimentos	234	-
Outras receitas financeiras	57	173
Pis sobre receitas financeiras	(60)	(69)
Cofins sobre receitas financeiras	(370)	(421)
	8.795	9.567
Despesas financeiras		
Variações monetárias passivas	(122)	(88)
Juros e multas	(1.810)	(208)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(65.288)	(70.611)
Despesas com debêntures	(1.081)	-
Outras despesas financeiras	(291)	(570)
	(68.592)	(71.477)
Total	(59.797)	(61.910)

19 Gestão de Riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos.

A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito também com base nas políticas dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas.

a. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes e ao Ativo de contrato, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	85.293	116.634
Contas a receber	18.561	23.114
Caixa restrito	<u>35.116</u>	<u>29.815</u>
	<u>138.970</u>	<u>169.563</u>

- **Caixa restrito:** Representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debentures da Companhia. **Contas a receber:** A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Custo de Uso do Sistema de Transmissão “CUST”, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

b. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Operação e Manutenção não há exposição a variações de preços de *commodities* e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos.

- **Risco de taxa de juros:** Refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia é:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras (títulos e valores mobiliários)		
CDB-DI	72.091	103.928
Fundo de Renda Fixa Soberano Simples - Itaú	2.216	19

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição		Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
	(R\$ mil)	Risco			
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	72.091	Queda da taxa CDI	5.227	3.922	2.610
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			7,25%	5,44%	3,62%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando CDI médio estimado de 7,25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição		Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
	(R\$ mil)	Risco			
Passivos Financeiros					
BNDES	480.447	Alta da taxa TJLP	31.565	39.445	47.324
Debêntures	226.997	Alta do IPCA	9.102	11.372	13.665
Referência para passivos financeiros:			Cenário provável	25%	50%
TJLP (% a.a.)			6,57%	8,21%	9,85%
IPCA (% a.a.)			4,01%	5,01%	6,02%

Demonstra o resultado financeiro para os próximos doze meses, considerando TJLP estimada de 6,57%, de acordo com a expectativa do mercado.

Considerando o IPCA estimado de 4,01% de acordo com Boletim Focus do Banco Central, para a remuneração de debêntures.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- c. Riscos operacionais**
- Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

- **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (**Parcela Variável**).
- **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- **Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura** - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem à disposição poucos fornecedores.

- **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de cobertura securitária aos potenciais sinistros.

19.1 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa e equivalentes de caixa** - contas correntes conforme posição dos extratos bancários.
- **Caixa restrito** - representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das DEBENTURES
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para o financiamento do BNDES são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.
- **Debêntures** - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures e são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

Hierarquia do valor justo

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pela Companhia a valor justo por meio do resultado foram classificados no nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no exercício observado.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

20 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Na data de envio deste relatório, a cobertura de seguros era como abaixo:

Tipo de seguro	Vigência		Importância segurada	Apólice
	Início	Fim		
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	12/04/2019	12/04/2020	R\$ 20.000	100.10.00000789
Garantia de Performance / Fiel Cumprimento do contrato de Concessão	30/09/2019	30/09/2020	R\$ 90.000	024612015000107750008718
Riscos Operacionais	12/02/2020	12/04/2020	R\$ 155.923	519.61000259
Responsabilidade Civil	12/02/2020	12/04/2020	R\$ 10.000	1005100022653

21 Transações com partes relacionadas

21.1 Remuneração de Administradores

Até 31 de dezembro de 2019 o total destinado à remuneração dos Conselheiros e Administradores foi de R\$ 685 (R\$ 1.045 em 31 de dezembro de 2018).

21.2 Operações comerciais

Partes relacionadas	Natureza contábil	Natureza da operação	31/12/2019	31/12/2018
Passivo				
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Fornecedores	Despesas de O&M/CCI	3.019	586
			<u>3.019</u>	<u>586</u>
Partes relacionadas				
Resultado				
State Grid Brasil Holding -Aluguel	Custos administrativos	Aluguel	533	482
Itumbiara Transmissora De Energia S.A.	Custo operacional	Despesas de O&M/CCI	3.282	11.181
			<u>3.815</u>	<u>11.663</u>

22 Eventos Subsequente

A Companhia vem mantendo discussões com o BNDES quanto à interpretação de cláusula de covenant financeiro que estabelece a manutenção de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,2. O ICSD é calculado e validado em relatório de asseguração específico disponibilizado aos financiadores, utilizando a fórmula $ICSD = \text{Geração de Caixa} / \text{Serviço da Dívida}$. A obrigação de complementação da conta reserva em virtude do descumprimento deste covenant passa a existir após o envio do relatório de asseguração aos financiadores e notificação destes para que a Companhia o faça, havendo disponibilidade de caixa para o cumprimento do estabelecido em contrato. Dessa forma, a administração da companhia espera solucionar tal assunto ainda no primeiro semestre de 2020, não havendo impacto nos saldos contábeis em 31/12/2019.